

Dez teses sobre a inteligência artificial para o novo programa de princípios social-democrata

Erhard-Eppler-Kreis (SPD) · Versão em português europeu

Nota preliminar

Este documento pretende estimular o debate sobre um novo programa de princípios social-democrata. Não apresenta passagens programáticas prontas a adotar. Explica por que razão a inteligência artificial deve integrar um programa de princípios: não como uma nota marginal sobre a digitalização, mas como uma das questões fundamentais deste século.

Esta tecnologia transformará profundamente a humanidade. Pela primeira vez, uma invenção automatiza o trabalho da mente – linguagem, análise, planeamento, discernimento –, e não apenas a força das mãos. Decisões de ação até agora reservadas aos seres humanos correm o risco de ser entregues a algoritmos manipuláveis de uma caixa negra. O diretor da DeepMind, Demis Hassabis, prevê uma transformação dez vezes maior e dez vezes mais rápida do que a Revolução Industrial. A par da viragem de época geopolítica – a «Zeitenwende» proclamada em 2022 pelo então chanceler alemão Olaf Scholz –, está assim em curso uma segunda viragem de época, ainda menos notada pela opinião pública, mas muito mais significativa: tanto nos centros de dados e nas doutrinas como nos modelos de negócio.

Não ignoramos as oportunidades. Uma tecnologia que deteta doenças mais cedo, acelera o desenvolvimento de medicamentos, torna o conhecimento acessível a todos, alivia a carga da administração e oferece novas ferramentas à ciência pode ajudar a cumprir uma antiga promessa do Iluminismo. Mas as oportunidades não se concretizam por si mesmas. Só se concretizam se os riscos graves permanecerem sob controlo. Isso exige uma regulação rigorosa e vinculativa, democraticamente legitimada. O Programa de Hamburgo – o programa de princípios do SPD, o Partido Social-Democrata da Alemanha, aprovado em 2007 – estabelece o critério: nem todas as invenções servem o progresso; cada uma deve ser avaliada quanto ao seu contributo para o livre desenvolvimento, a dignidade, a segurança e a convivência entre as pessoas. É por este princípio que a política social-democrata em relação à inteligência artificial deve ser julgada.

As mudanças far-se-ão sentir em toda a parte: na geopolítica, na guerra e nos sistemas de armamento, no trabalho, na distribuição da riqueza, na saúde, até à possível fusão entre ser humano e máquina – e, por fim, na questão de quem decidirá no futuro: o ser humano ou a máquina. Trata-se de uma questão política transversal, que exige novas formas de pensar e agir em todos os níveis da política. As teses que se seguem desenvolvem estes domínios.

As teses

Tese 1: A inteligência artificial é uma questão da humanidade – e, por isso, uma questão de princípios

Os programas de princípios não tratam de tecnologia. Tratam de poder, liberdade, justiça e da forma como as pessoas querem viver em conjunto. É precisamente por isso que a inteligência artificial deve fazer parte deles. Vai além de mais uma etapa de racionalização técnica e intervém no cerne da política social-democrata: solidariedade, trabalho, igualdade, democracia, paz e autodeterminação humana. Quem a trata como uma mera questão de inovação ou de atratividade económica não compreendeu o seu alcance.

O decisivo é a questão do poder: quem dispõe dos sistemas, quem define os seus objetivos, quem controla os dados, quem recebe os lucros e quem suporta os riscos? Só quatro grandes empresas investem este ano quase setecentos mil milhões de dólares na construção de centros de dados; isso equivale, a cada três semanas, ao orçamento de todo o Projeto Manhattan; o montante anual ultrapassa a totalidade do orçamento federal alemão, que em 2025 se situa em cerca de 500 mil milhões de euros. Forças desta dimensão decidem sobre as condições de vida de milhares de milhões de pessoas sem que qualquer eleitora ou eleitor alguma vez tenha votado sobre isso. Um pequeno número de homens concentra nas suas mãos as decisões sobre a utilização destes instrumentos, sobre poder político e tecnológico e dinheiro, sobre Estados e pessoas, sem nunca ter sido eleito. O SPD deve, por isso, integrar a inteligência artificial no lugar onde se debate a organização da sociedade: no programa de princípios, como uma questão constitucional do século XXI – muito para além de um capítulo sobre promoção económica.

Tese 2: A geopolítica da inteligência artificial exige segurança comum

Desencadeou-se uma corrida geopolítica em torno da inteligência artificial. Os Estados Unidos e a China disputam a supremacia em capacidade de computação, semicondutores, energia e talento; modelos, chips e capital concentram-se em poucas regiões do mundo. A Europa corre o risco de se tornar um mero espaço de aplicação de sistemas de IA alheios, numa dependência determinada por outros que recorda a anterior dependência do petróleo. A soberania digital faz, por isso, parte da soberania europeia sobre as suas próprias bases de existência, que um novo programa de princípios deve exigir. São necessárias, a nível europeu e nacional, infraestruturas de computação e de dados próprias e autónomas, investigação própria e modelos abertos para a ciência e a administração pública. A investigação e o desenvolvimento devem também criar novas estratégias para a segurança dos dados e a resiliência de infraestruturas danificadas.

Atualmente, a corrida mundial é usada como argumento de chantagem: quem regula, afirma-se em Washington, tal como em Bruxelas e Berlim, perde para o rival. Esta lógica é tão errada como perigosa. Cientistas norte-americanos e chineses – entre eles Stuart Russell, investigador de Berkeley, e Andrew Yao, cientista da computação da Universidade Tsinghua e laureado com o Prémio Turing – alertam em conjunto para uma corrida à superinteligência que não terá vencedor: quem a «ganhasse» seria o primeiro a perder o controlo para uma inteligência de máquina. O que Olof

Palme, Egon Bahr e Erhard Eppler formularam a propósito da confrontação nuclear volta a aplicar-se aqui: em última análise, ou a segurança é comum, ou não existe. O SPD deve assumir como compromisso programático a cooperação internacional em matéria de segurança da IA, também entre rivais geopolíticos, envolver o Sul Global no acesso à tecnologia e no seu controlo e contrariar a narrativa de que a corrida ao armamento é inevitável.

Tese 3: A guerra ao ritmo das máquinas – nenhuma máquina pode tomar a decisão sobre a vida e a morte

Com a inteligência artificial, a guerra torna-se mais rápida, mas não melhor. Os sistemas de alerta precoce, a seleção de alvos e os quadros da situação operacional assentam em dados incertos, incompletos e manipuláveis; se os sistemas autónomos atingirem a velocidade das máquinas e acabarem por se ligar à arquitetura de comando e controlo, pode desencadear-se uma escalada mais rápida do que qualquer ser humano consegue travar. Da Ucrânia já chegam relatos segundo os quais drones terão, pela primeira vez, matado pessoas de forma totalmente autónoma – sem ligação por rádio e sem uma ordem humana no último instante. Quer cada caso esteja ou não verificado: a tecnologia existe, é barata e difunde-se mais depressa do que a política está disposta a reagir.

Ao contrário do que acontece com as armas nucleares, o controlo clássico de armamentos falha aqui. A diferença entre uma arma controlada à distância e uma arma que mata autonomamente reside no software, não em equipamento que se possa contar: basta uma atualização, e nenhuma inspeção a consegue detetar. Por isso, só a proscrição completa desta categoria de armas pode ajudar, tal como foi possível com as armas biológicas e químicas, as minas antipessoal e as munições de dispersão. A Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu os perigos em dezembro de 2025, com 164 votos; votaram contra, entre outros, a Rússia, os Estados Unidos e Israel, precisamente as potências que promovem estes sistemas. O Papa Leão XIV estabeleceu o critério na sua encíclica *Magnifica Humanitas*: a inteligência artificial deve ser «desarmada»; decisões letais ou irreversíveis não podem ser confiadas a qualquer sistema artificial. O SPD deve inscrever no seu programa de princípios: não desenvolver, não adquirir e não utilizar armas que decidam sobre a vida e a morte sem controlo humano efetivo; uma proibição vinculativa no direito internacional, como a que as Nações Unidas e o Comité Internacional da Cruz Vermelha exigem até ao final de 2026 – se necessário, seguindo o exemplo dos acordos contra as minas antipessoal e as munições de dispersão, fora dos fóruns de negociação bloqueados. E mais: a inteligência artificial não tem lugar na cadeia de comando e de alerta precoce nuclear. No século XXI, a política de desarmamento é também política de segurança da IA.

Tese 4: Desta vez é diferente – a inteligência artificial transforma o trabalho no seu cerne

A afirmação tranquilizadora de que a tecnologia sempre acabou por criar mais trabalho do que destruiu foi, na maioria dos casos, historicamente correta. Pode estar a deixar de o ser. As máquinas anteriores automatizavam partes da atividade humana; o trabalho restante tornava-se mais produtivo e, por isso, mais valioso. Uma inteligência artificial que visa o trabalho cognitivo no seu conjunto rompe com esta lógica. O Fundo Monetário Internacional estima que cerca de quarenta por

cento de todos os postos de trabalho serão afetados a nível mundial, e cerca de sessenta por cento nas economias avançadas. A investigação económica mais recente mostra ainda que os salários podem cair drasticamente antes mesmo de se atingir a automatização total, enquanto os rendimentos se concentram nos proprietários do capital e da capacidade de computação. Os primeiros afetados são as profissões do conhecimento cujas atividades podem ser reproduzidas em larga escala – análise, consultoria, administração, programação – e quem inicia a vida profissional, cujos postos de entrada desaparecem; a experiência perde valor e o controlo do desempenho é automatizado.

Ao mesmo tempo, o trabalho é mais do que rendimento: confere dignidade, reconhecimento e um sentido de pertença. Um rendimento básico, por si só, não responde a esta questão. As transferências monetárias, que além disso têm de ser financiadas pela criação de riqueza, não substituem a participação. O SPD deve, por isso, vincular os ganhos de produtividade da inteligência artificial à sociedade: através da participação dos trabalhadores nas decisões sobre a utilização de IA nas empresas, de um direito à formação contínua, da proteção contra o controlo automatizado do comportamento e do desempenho, de horários de trabalho mais curtos em vez de despedimentos em massa, da valorização das profissões sociais e de proximidade que as máquinas não podem substituir, e de uma política de educação que coloque a capacidade de discernimento acima da mera competência de utilização. O trabalho digno continua a ser o critério, mesmo quando a máquina decide. A transformação estrutural associada à utilização crescente de IA deve ser orientada por uma política de antecipação. Os sociais-democratas devem aproveitá-la como uma oportunidade. Devem desenvolver-se conceitos para a transformação estrutural do nosso tempo, tomando como exemplo planos diretores inspirados na IBA Emscher Park, a Exposição Internacional de Construção que, entre 1989 e 1999, orientou a reconversão da antiga região industrial do Ruhr.

Tese 5: Impedir o tecnofeudalismo – a questão da propriedade regressa

Os dados, os modelos e a capacidade de computação são os meios de produção do século XXI e concentram-se nas mãos de poucas grandes empresas e dos seus proprietários. Quando o capital domina e o trabalho humano se torna substituível, ameaça surgir uma ordem económica em que alguns senhores das plataformas extraem rendas de uma infraestrutura da qual todos dependem – uma ordem a que o economista Cédric Durand chama tecnofeudalismo. Nesse caso, o verdadeiro problema seria a abolição do mercado pela dominação privada e pelo capital privado, não o próprio mercado: dependência em vez de concorrência, tributo em vez de salário – e, no fim, vassalagem onde deveria haver cidadania.

Ora, estes sistemas são treinados com o conhecimento coletivo da humanidade, com livros, investigação, música e milhares de milhões de conversas quotidianas, geralmente sem autorização, reconhecimento ou remuneração. O que é extraído de um bem comum deve servir o bem comum. O facto de, até nos Estados Unidos, já se propor que a sociedade participe no capital das grandes empresas de IA através de um fundo soberano mostra que a questão da propriedade regressou. A participação estatal, por si só, ainda não é controlo democrático, enquanto permanecer em aberto a quem serve a tecnologia. O SPD deve colocar de forma determinada a questão distributiva da

inteligência artificial: através da tributação efetiva do poder sobre os dados e a computação, de uma legislação rigorosa de concorrência e de desmembramento empresarial, de infraestruturas públicas de computação e de dados, de bens comuns digitais, de uma remuneração justa dos autores e das autoras e da participação dos trabalhadores e da sociedade nos lucros. O Estado social democrático foi a resposta ao capitalismo industrial; deve agora tornar-se a resposta ao feudalismo digital.

Tese 6: Proteger a privacidade é proteger a democracia – limitar a vigilância e a manipulação

Já em 2013, Michal Kosinski e os seus colegas demonstraram quanto os rastros digitais revelam sobre uma pessoa. A partir de simples «gostos» no Facebook, era possível prever a orientação sexual, a cor da pele, a religião e a preferência partidária com taxas de acerto entre 82 e 95 por cento. As pessoas em causa não tinham indicado essas características em lado algum; só a combinação de muitos sinais fracos permitia traçar o perfil. Um estudo posterior, de 2015, mostrou que cerca de dez «gostos» bastam para avaliar a personalidade de uma pessoa com maior precisão do que os seus colegas de trabalho. Com setenta «gostos», o modelo superava os amigos; com cento e cinquenta, a própria família; com cerca de trezentos, até o cônjuge. Em experiências de campo com cerca de 3,5 milhões de pessoas, a publicidade adaptada ao perfil psicológico gerou até quarenta por cento mais cliques e cinquenta por cento mais compras. O caso Cambridge Analytica mostrou como isto se pode transformar numa arma política: foram utilizados abusivamente os dados de até 87 milhões de utilizadores do Facebook.

A inteligência artificial generativa reduz ainda mais os custos desta manipulação: textos em massa, imagens e vozes enganosamente autênticas, mensagens adaptadas a cada indivíduo que escapam a qualquer escrutínio público. Ao mesmo tempo, surge o dividendo do mentiroso: até provas autênticas podem ser contestadas sob a alegação de terem sido geradas artificialmente, e a confiança na esfera pública deteriora-se. Quem conhece os medos, as fragilidades e as predisposições das pessoas pode orientá-las sem que se apercebam. A proteção de dados é, por isso, política democrática, não burocracia. O SPD deve inscrever no seu programa de princípios: proibição da vigilância biométrica em massa, limites estritos ao microdirecionamento político, proibição de inferir características sensíveis para fins de influência política, identificação dos conteúdos políticos sintéticos, transparência da publicidade em linha, acesso dos investigadores às plataformas e um forte reforço da literacia mediática. A privacidade é a condição para que as pessoas possam formar juízos livremente e votar livremente.

Tese 7: Curar, sim; instrumentalizar o ser humano, não – a saúde e os limites do humano

Em nenhum domínio as oportunidades da inteligência artificial são tão tangíveis como na medicina. Sistemas como o AlphaFold, reconhecido com o Prémio Nobel em 2024, previram a estrutura de centenas de milhões de proteínas e aceleraram em vários anos a investigação de substâncias ativas; a IA deteta tumores em imagens que escapam ao olho humano e alivia profissionais de enfermagem e de medicina das tarefas de documentação. Pode também levar conhecimento médico a regiões com insuficiência de cuidados. Uma social-democracia que entende a saúde como um bem público deve tornar estas possibilidades acessíveis a todos, independentemente do rendimento, da origem e do

local de residência. Ao mesmo tempo, mantém-se o princípio: o diagnóstico e a terapêutica continuam a ser responsabilidade médica; nenhum algoritmo pode racionar tratamentos ou reduzir os doentes a conjuntos de dados, e os dados de saúde nunca podem prejudicar as pessoas de quem provêm.

Mas a tecnologia não se detém à superfície da pele humana. As interfaces cérebro-computador passaram dos laboratórios para as clínicas: em todo o mundo, mais de duas dezenas de pessoas paralisadas já têm implantes deste tipo, com os quais controlam computadores através do pensamento; para este ano foram anunciadas produção em massa e cirurgias automatizadas, e os fornecedores falam abertamente de uma futura «simbiose» entre ser humano e máquina. Como terapêutica para pessoas paralisadas, cegas ou gravemente doentes, isto é uma bênção. Como programa de «melhoramento» de pessoas saudáveis, seria a transgressão de um limite que criaria uma humanidade de duas classes: os otimizados e os que ficaram para trás. Os dados neuronais são o que de mais íntimo uma pessoa pode revelar.

O Programa de Hamburgo de 2007, ainda em vigor, não contempla nem a inteligência artificial nem as interfaces cérebro-computador; nenhuma delas existia então na sua forma atual. Contudo, estabelece um princípio que pode ser diretamente aplicado a estas novas tecnologias: mantém a proibição da intervenção genética deliberada na linha germinal humana e exige que cada invenção seja avaliada quanto ao seu contributo para o livre desenvolvimento, a dignidade, a segurança e a convivência entre as pessoas. Um novo programa de princípios deve estender este princípio à neurotecnologia e proteger a integridade mental com a mesma clareza: proteção rigorosa dos dados neuronais, uma fronteira clara entre a cura e o aumento tecnológico das capacidades humanas, nenhum acesso comercial ou estatal ao cérebro. A dignidade humana é indisponível, também perante a tecnologia criada pelo próprio ser humano.

Tese 8: O ser humano continua a ser a medida – as decisões não podem ser cedidas às máquinas

A mudança mais silenciosa, e talvez a de maiores consequências, é a cedência gradual das decisões. Primeiro, a máquina recomenda. Depois, elabora propostas. No fim, decide: sobre créditos e candidaturas a emprego, sobre prestações sociais e exames, em breve sobre atos administrativos, quadros da situação operacional e projetos de sentença. Os agentes de IA da geração mais recente planeiam a longo prazo, atuam autonomamente e controlam outros sistemas; a sua autonomia não é um efeito secundário, é uma condição do seu funcionamento. Cada decisão delegada aumenta a comodidade, e a comodidade reduz a capacidade: quem entrega a outros a decisão desaprende a decidir. No fim, surge uma sociedade formalmente livre, mas de facto dirigida.

Acresce que estes sistemas são treinados, não programados: mais cultivados do que construídos. Nem os seus criadores conseguem explicar ou prever o seu comportamento de forma fiável; a investigação sobre interpretabilidade está anos atrás do desenvolvimento, enquanto os modelos já colaboram no aperfeiçoamento dos seus próprios sucessores. Em testes controlados, modelos de ponta enganaram os seus avaliadores e tentaram evitar o seu próprio desligamento através de chantagem: um resultado lógico da otimização orientada para um objetivo, não maldade. O Center

for AI Safety já identificou o risco de perda de controlo, em 2023, numa declaração também subscrita por importantes criadores, como Sam Altman e Demis Hassabis: coloca-o ao lado das pandemias e da guerra nuclear. Daí decorre a primazia da responsabilidade humana: nenhuma máquina pode tomar decisões irreversíveis, nem sobre a vida, nem sobre a liberdade, nem sobre a garantia dos meios de subsistência, nem sobre a guerra e a paz. O SPD deve consagrar a responsabilidade final, o dever de fundamentação e direitos efetivos de contestação em todos os domínios em que os algoritmos decidem sobre pessoas, e subordinar a utilização de sistemas autónomos no Estado, na justiça e nas infraestruturas críticas ao controlo humano. Em última análise, a responsabilidade cabe sempre a um ser humano, nunca à máquina, e esse ser humano tem de ter condições para a assumir.

Tese 9: Regras rigorosas não travam o progresso – são a sua condição

Nenhum medicamento chega ao mercado sem autorização, nenhum avião descola sem inspeção. Também nenhuma central elétrica é ligada à rede sem licença. Só aquela que talvez seja a tecnologia mais poderosa da atualidade tem sido, até agora, posta em circulação em grande medida sem qualquer formalidade; nos Estados Unidos, como resumiu de forma incisiva o físico Max Tegmark, a inteligência artificial é menos regulada do que uma loja de sanduíches. O princípio deve ser invertido: demonstrar a segurança antes da disponibilização, em vez de limitar os danos depois. O Regulamento Europeu da Inteligência Artificial, com as suas proibições de práticas manipulativas e de classificação social e com a classificação dos sistemas ligados às eleições como sistemas de risco elevado, é um começo, mas não um ponto de chegada: são necessárias avaliações independentes obrigatórias dos modelos mais capazes antes da sua utilização, deveres de notificação de incidentes graves, regras claras de responsabilidade, acesso da investigação pública aos sistemas e proteção especial das infraestruturas críticas. Quem afirma que estas regras sufocam a inovação confunde liberdade com irresponsabilidade: só a confiança que nasce de regras vinculativas torna uma tecnologia socialmente aceitável.

E, como o risco é global, a regulação nacional não basta. A Declaração de Bletchley, subscrita por 28 Estados e pela União Europeia, foi um primeiro passo; devem seguir-se instituições internacionais vinculativas: supervisão das capacidades mais perigosas, como a que o mundo criou para a tecnologia nuclear, testes de segurança conjuntos e comunicação de crise entre as grandes potências.

Desencadeou-se um conflito aberto sobre a direção deste desenvolvimento. Uma parte dos investidores e dos dirigentes empresariais quer acelerar ainda mais o ritmo para ser a primeira a alcançar uma chamada superinteligência: um sistema que supera o ser humano em quase todas as capacidades intelectuais e continua a aperfeiçoar-se a si próprio. Muitos dos investigadores mais conceituados da área opõem-se a essa posição, entre eles Geoffrey Hinton, laureado com o Prémio Nobel da Física, e Yoshua Bengio, laureado com o Prémio Turing. Alertam para a possibilidade de um sistema deste tipo escapar a qualquer controlo humano, com consequências que podem chegar à extinção da humanidade, e exigem que o seu desenvolvimento seja proibido enquanto não houver um amplo consenso científico sobre a sua segurança e controlabilidade nem um amplo apoio da opinião pública. Foi assim que o Future of Life Institute o formulou na sua declaração sobre superinteligência, em outubro de 2025, entretanto subscrita por dezenas de milhares de pessoas. O

SPD deve adotar esta exigência e defender uma moratória internacional vinculativa.

A velocidade do desenvolvimento ultrapassa atualmente a capacidade de adaptação de qualquer sistema de governação. A resposta não pode ser a capitulação da democracia: esta tem de se tornar mais rápida e mais conhecedora, mas sobretudo mais segura de si. Os compromissos voluntários das grandes empresas não bastam: são necessários direito, supervisão e um sistema político que não abdique da sua responsabilidade. O SPD deve entender a política de segurança da IA como política de paz e de democracia, e fazer da Alemanha e da Europa pioneiras de regras internacionais vinculativas. Para fundamentar esta nova política, é necessário reforçar a investigação e o desenvolvimento independentes.

Tese 10: Progresso ao serviço do ser humano – o mandato do Programa de Hamburgo

O Programa de Hamburgo obriga a social-democracia a colocar as possibilidades do progresso científico e técnico ao serviço das pessoas e, ao mesmo tempo, exorta a avaliar cada invenção quanto à sua adequação a esse serviço. Esta dupla atitude é o legado que Erhard Eppler deixou ao partido: a distinção entre o que tem de mudar e o que deve ser preservado. Aplicada à inteligência artificial, significa: não queremos travar a tecnologia; nesse sentido, não somos conservadores das estruturas. Somos conservadores dos valores: queremos impedir que a tecnologia anule o ser humano, desvalorize o seu trabalho, concentre a sua riqueza em poucas mãos, desagregue a sua esfera pública, transforme o seu corpo numa plataforma, o prive das suas decisões e ponha em risco a sua paz.

O Erhard-Eppler-Kreis convida o partido a conduzir este debate de forma aberta, séria, orientada para o futuro e sem receio das grandes questões. A inteligência artificial transformará profundamente a humanidade; se o fará para o bem ou para o mal é algo que se decide na política, não na tecnologia. Grandes oportunidades e regras rigorosas não são contraditórias. São duas faces da mesma compreensão: só o que se consegue controlar pode libertar. Um novo programa de princípios que não responda a isto estaria desatualizado já no dia da sua aprovação.

Proposta de redação para o programa de princípios

A inteligência artificial deve servir o ser humano, ser moldada socialmente por seres humanos e estar sujeita a controlo democrático. Abre grandes oportunidades para a saúde, a educação, a ciência, o trabalho e os bens públicos – e, ao mesmo tempo, não pode tornar-se a infraestrutura de uma nova divisão social, de uma vigilância total ou de uma guerra automatizada. Entendemos a inteligência artificial como uma questão de poder e, simultaneamente, como uma oportunidade para o futuro: dados, capacidade de computação, modelos e aplicações não podem ser controlados por um pequeno número de grandes empresas, aparelhos militares ou Estados autoritários. Onde esta tecnologia afeta os direitos fundamentais, são as regras democráticas que decidem – não a viabilidade técnica nem a lógica dos mercados.

Aliamos a inovação à segurança social. Os ganhos de produtividade da inteligência artificial devem beneficiar os trabalhadores e a sociedade. A utilização de IA no local de trabalho exige o reforço da

participação nas decisões através dos sindicatos e das comissões de trabalhadores, a qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras, transparência e proteção contra o controlo automatizado; quem inicia a vida profissional merece proteção especial. Os dados, os modelos e a capacidade de computação são os meios de produção deste século: tributamos de forma justa os seus rendimentos, impedimos monopólios, construímos infraestruturas digitais públicas e bens comuns, orientamos a necessária transformação estrutural e fazemos a sociedade participar na riqueza criada a partir do seu conhecimento coletivo. Não permitiremos um tecnofeudalismo em que poucos proprietários de plataformas disponham das bases de existência de todos.

A privacidade é uma condição da autodeterminação democrática. Os rastros digitais permitem inferir posições políticas, características de personalidade e vulnerabilidades. Por isso, proibimos a vigilância biométrica em massa e as práticas manipulativas de IA, limitamos o microdirecionamento psicológico, asseguramos a transparência da publicidade política em linha e protegemos os cidadãos e as cidadãs contra a desinformação personalizada. A esfera pública democrática não é uma mercadoria.

A inteligência artificial deve curar, não instrumentalizar o ser humano. Colocamos a IA ao serviço da prevenção, do diagnóstico, da terapêutica e dos cuidados, e tornamos os seus benefícios médicos acessíveis a todos – independentemente do rendimento e do local de residência. As decisões de diagnóstico e de terapêutica continuam sob responsabilidade médica. Apoiamos as neurotecnologias como terapêutica e limitamo-las enquanto intervenção na condição humana: protegemos os dados neuronais e a integridade mental, traçamos uma fronteira clara entre a cura e o aumento tecnológico das capacidades humanas e mantemos o princípio de que a dignidade humana é indisponível – também perante a fusão entre ser humano e máquina.

Nos domínios críticos para a segurança, prevalece a responsabilidade humana. Nenhuma máquina pode tomar decisões incontrolláveis ou irreversíveis sobre a vida, a liberdade, a guerra ou a paz. Rejeitamos o desenvolvimento, a aquisição e a utilização de sistemas de armas autónomas em que não seja um ser humano a decidir sobre cada utilização individual contra pessoas e a manter a responsabilidade por ela, e defendemos a sua proscrição no direito internacional; a inteligência artificial não tem lugar nas cadeias de decisão e de alerta precoce nuclear. Rejeitamos o desenvolvimento de uma superinteligência que possa superar o ser humano em quase todas as capacidades intelectuais e escapar ao seu controlo, enquanto não houver um amplo consenso científico sobre a sua segurança e controlabilidade nem um amplo apoio da opinião pública. Para esse efeito, defendemos uma moratória internacional vinculativa. Como ninguém pode vencer a corrida aos sistemas mais poderosos, também aqui se aplica a política de segurança comum: regras internacionais, investigação conjunta em segurança, comunicação de crise entre as grandes potências e acesso justo do Sul Global à tecnologia. A Europa deve, neste contexto, alcançar soberania digital, capaz de concretizar por si própria os seus valores nesta tecnologia.

O nosso critério continua a ser o Estado de direito democrático e social. Nele, defendemos os nossos valores fundamentais de liberdade, justiça e solidariedade. A inteligência artificial deve facilitar o trabalho, alargar o conhecimento, melhorar a saúde e reforçar os bens públicos. Não pode retirar autonomia às pessoas nem fragmentar a esfera pública. Não pode concentrar ainda mais o

poder. Avaliamos cada uma das suas aplicações quanto ao seu contributo para o livre desenvolvimento, a dignidade, a segurança e a convivência entre as pessoas – e criamos as regras, as instituições e os acordos internacionais que asseguram que o ser humano continua a ser a medida.

Fontes (seleção)

1. SPD: Hamburger Programm. Programa de princípios do Partido Social-Democrata da Alemanha, aprovado no congresso federal do partido em 28 de outubro de 2007.
2. Kosinski, M. / Stillwell, D. / Graepel, T.: Private traits and attributes are predictable from digital records of human behavior. PNAS 110 (15), 2013. <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1218772110>
3. Youyou, W. / Kosinski, M. / Stillwell, D.: Computer-based personality judgments are more accurate than those made by humans. PNAS 112 (4), 2015. <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1418680112>
4. Matz, S. / Kosinski, M. / Nave, G. / Stillwell, D.: Psychological targeting as an effective approach to digital mass persuasion. PNAS 114 (48), 2017. <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1710966114>
5. Federal Trade Commission: Opinion and Order against Cambridge Analytica, 2019. <https://www.ftc.gov/news-events/news/press-releases/2019/12/ftc-issues-opinion-order-against-cambridge-analytica-deceiving-consumers-about-collecting-on-facebook>
6. Fundo Monetário Internacional: AI Will Transform the Global Economy. Let's Make Sure It Benefits Humanity, 2024. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/01/14/ai-will-transform-the-global-economy-lets-make-sure-it-benefits-humanity>
7. Organização Internacional do Trabalho (OIT): Generative AI and Jobs, 2023. <https://www.ilo.org/publications/generative-ai-and-jobs-global-analysis-potential-effects-job-quantity-and>
8. Goldman Sachs: The Potentially Large Effects of Artificial Intelligence on Economic Growth, 2023. <https://www.gspublishing.com/content/research/en/reports/2023/03/27/d64e052b-0f6e-45d7-967b-d7be35fabd16.html>
9. Korinek, A. / Suh, D.: Scenarios for the Transition to AGI. NBER Working Paper 32255, 2024; também aí os contributos do volume do NBER «The Economics of Transformative AI», 2025. <https://www.nber.org/papers/w32255>
10. Center for AI Safety: Statement on AI Risk, 2023. <https://safe.ai/work/press-release-ai-risk>
11. Future of Life Institute: Statement on Superintelligence, 22 de outubro de 2025. <https://superintelligence-statement.org/>
12. Hassabis, D.: Discurso no India AI Impact Summit, 19 de fevereiro de 2026, citado em: Demis Hassabis Predicts AGI Will Have 10x The Impact Of The Industrial Revolution, Yahoo Finance, 20 de fevereiro de 2026. <https://finance.yahoo.com/news/demis-hassabis-predicts-agi-10x-143113425.html>
13. The Bletchley Declaration by Countries Attending the AI Safety Summit, novembro de 2023. <https://www.gov.uk/government/publications/ai-safety-summit-2023-the-bletchley-declaration/the-bletchley-declaration-by-countries-attending-the-ai-safety-summit-1-2-november-2023>
14. União Europeia: Regulamento (UE) 2024/1689 relativo à inteligência artificial (AI Act). <https://eur-lex.europa.eu/eli/reg/2024/1689/oj/eng>
15. Freedom House: Freedom on the Net 2023 – The Repressive Power of Artificial Intelligence. <https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2023/repressive-power-artificial-intelligence>
16. CICV: Position on Autonomous Weapon Systems, 2021; Secretário-Geral da ONU e Presidente do CICV: apelo conjunto sobre sistemas de armas autónomas, 2023. <https://www.icrc.org/en/document/joint-call-un-and-icrc-establish-prohibitions-and-restrictions-autonomous-weapons-systems>
17. Bläsius, K. H.: Künstliche Intelligenz und Krieg. Welche Risiken entstehen, wenn der Mensch die Kontrolle verliert? Springer, 2026. <https://link.springer.com/book/10.1007/978-3-662-72526-9>
18. Papa Leão XIV: Encíclica «Magnifica Humanitas», Roma, Pentecostes de 2026.
19. Sanders, B.: The Public Should Own Half of the Big A.I. Companies, 1 de junho de 2026. <https://www.sanders.senate.gov/op-eds/the-public-should-own-half-of-the-big-a-i-companies/>
20. CBC News: Reportagem sobre o estudo CAN-PRIME da Neuralink (26 doentes com implantes em todo o mundo), 2 de julho de 2026. <https://www.cbc.ca/news/canada/british-columbia/vancouver-neuralink-patient-als-vpd-sergeant-9.7253579>
21. Erhard-Eppler-Kreis: Análises sobre a inteligência artificial, 2026 – entre outras, «Diesmal ist es anders», «Die Maschine lässt sich nicht einfach ausschalten», «Maschinen, die klüger werden als ihre Erbauer», «Der Zug ohne Bremsen», «Magnifica Humanitas», «Wem gehört die künstliche Intelligenz?», «Die Entscheidung über Leben und Tod».